

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

ENTREVISTA

Dresch preside a Comissão de Segurança e se diz contrário à redução da maioria penal

Página 4



25 de maio: um dia de reflexão

A data marca o Dia Nacional e Estadual de Incentivo à Adoção e será tema de um ato comemorativo na Assembleia Legislativa. O que deveria ser apenas um ato de amor, ainda está impregnado por preconceitos.

Este também é o Dia Internacional da Criança Desaparecida, um drama que, no Brasil, já atinge 40 mil meninos e meninas.

Páginas 6, 7 e 12

Audiências públicas mobilizam Poder

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados, lideranças políticas e comunidade estiveram envolvidos em diversas audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa. O Fórum Permanente para a Construção da Barragem do Rio do Salto teve encontro na tarde do dia 24 (foto).

Ao mesmo tempo, no Auditório Antonieta de Barros, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos

da Criança e do Adolescente tratava sobre a situação dos Centros de Internação Provisória.

Outro tema debatido, no dia 21, foi o piso salarial nacional para os professores, em encontro realizado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto. O projeto de lei do governo federal prevê um piso de R\$ 850,00.

Página 3

Parlamentares comemoram certificação de SC como zona livre de febre aftosa

Página 10

Criada Semana do Aleitamento Materno

A partir de 2008, Santa Catarina terá uma semana inteira dedicada à promoção do aleitamento materno. A segunda semana do mês de maio deverá ter campanhas de esclarecimento e incentivo à prática, considerada essencial para a saúde do lactente e da própria mãe. No Brasil, a taxa de aleitamento materno exclusivo até o sexto mês é ainda muito baixa.

Página 10

Lya Luft fala sobre sua vida e obra

Eduardo Guedes de Oliveira

Tradutora, professora universitária, poetisa e romancista, Lya Luft começou a escrever aos 20 anos e não parou mais. Sorte da literatura brasileira que tem entre seus títulos alguns dos livros mais vendidos dos últimos anos, como *Perdas & Ganhos*.

Ela não gosta de ser chamada de 'escritora para mulheres' e lamenta que hoje esteja faltando respeito entre as pessoas. "Ninguém conversa mais", relatou.



Página 8

Moção de deputados pede reajuste urgente da tabela do SUS para reduzir caos na saúde

Página 5

OPINIÃO

O outro embargo

Não foi apenas o embargo da Rússia à carne catarinense que trouxe preocupação aos agricultores e criadores do nosso Estado: há pouco mais de um ano, eles estão com sua atenção voltada também para outro tipo de embargo – aquele imposto ao mel nacional. Em março de 2006, a União Européia (UE) suspendeu a importação do mel produzido no Brasil sob a alegação de que o Brasil não tinha equivalência com a Europa no que se refere às diretivas para controle de resíduos e contaminantes naquele produto. Nos últimos dias houve uma sinalização positiva: a missão de inspeção sanitária da UE esteve em nosso país, já encerrou seus trabalhos e deverá sugerir pelo fim do embargo, mas a decisão final só sairá da reunião do comitê científico da UE.

Santa Catarina acompanha com muita atenção todo este processo. No Brasil, a apicultura representa uma importante cadeia produtiva para a geração de emprego e ren-

da no campo: há oficialmente 350 mil apicultores, porém a atividade envolve mais de um milhão de pessoas, segundo dados do Ministério da Agricultura. Além de contribuir para a inclusão social, ela incentiva a diversificação da propriedade rural. Mas, apesar de ser o 7º produtor de mel no mundo, o Brasil ainda importa 1/4 (um quarto) do que consome.

A farta vegetação natural e cultivada, de boa qualidade floral e melífera, faz de Santa Catarina um produtor com excelentes condições para exploração da atividade apícola, atuando como fonte complementar de renda familiar do produtor.

É bom lembrar que, além do mel, a apicultura catarinense (assim como a nacional) produz cera, própolis, geléia real e pólen, dentre outros produtos, realizando ainda serviços de polinização que contribuem para a melhoria da produtividade dos produtos agrícolas, especialmente

frutas, sementes e grãos.

No estado catarinense há mais de 30 mil apicultores, entre profissionais e amadores que se dedicam à atividade, sendo responsáveis pela exploração de cerca de 400 mil colméias espalhadas em todo o território catarinense.

Deste contingente, apenas cerca de três mil são profissionais e têm na apicultura a principal fonte de renda. Os demais 90% são amadores e consideram a atividade “secundária ou marginal” e apenas fonte complementar de renda. As maiores densidades de colméias por agricultor (segundo a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina-Epagri) situam-se nas propriedades rurais no litoral catarinense, que utilizam principalmente a florada de eucalipto, seguindo-se a Região do Planalto Norte Catarinense, onde predomina o mel extraído de flores silvestres e bracinga.

Deputado Valmir Comin (PP)

Era Luiz Henrique

A Era Luiz Henrique é o nome que certamente será conhecido, no futuro, o período das maiores transformações na história de Santa Catarina. Ingressamos há pouco mais de quatro anos em uma época que pode ser entendida como um divisor de águas na história catarinense, por causa das inúmeras alterações que Luiz Henrique faz no estado, tanto sociais quanto econômicas. Concordo plenamente com o secretário regional de Tubarão, Ademir da Silva Matos, que recentemente afirmou que “a descentralização na Era Luiz Henrique fortalece o poder dos municípios”. Também pensam desta forma os novos secretários de Laguna, Mauro Candemil, e de Braço do Norte, Gelson Luiz Padilha. Por encontrar nestas três grandes lideranças o perfil adequado para comandar as secretarias da Associação dos Municípios da Região da Laguna (Amurel) é que apresentamos ao governador tais indicações.

Nos tempos de descentralização, a decisão deve ser amadurecida, resultado do consenso e do entendimento com os representantes da sociedade em cada região. Esta é uma das características da “Era Luiz Henrique” que estabeleceu um novo sistema de relacionamento entre o Estado e os Municípios. Ao Estado cabe o papel de planejar e coordenar as ações, e aos Municípios executá-las, comprovadamente com mais racionalidade, economia, rapidez e qualidade.

Conforme enfatiza o secretário regional de Tubarão, na descentralização a municipalização se manifesta pelo apoio do Estado aos municípios. “Isto significa o reconhecimento de que a melhoria da qualidade de vida da população na maior parte das vezes depende de realizações locais ou regionais”, é a opinião de Ademir Matos com a qual concordamos integralmente.

A principal mudança identifica-

da por Ademir Matos na “era Luiz Henrique” é que o poder de decisão está, agora, nas mãos da sociedade. O Estado está entrando em um caminho de desenvolvimento nunca antes experimentado, já que todas as ações estarão verdadeiramente atendendo necessidades regionais.

Por fim, uma análise irreparável do secretário regional de Tubarão: “Há quatro anos, ao assumir o Governo do Estado, Luiz Henrique e sua equipe apresentaram uma idéia nova, consistente e realizável que, com a ampla participação da sociedade catarinense, construiu uma visão compartilhada de futuro para Santa Catarina: a idéia da descentralização. As novas diretrizes para o governo que teve início neste ano avançam no ideal da descentralização e por certo levarão o governo para ainda mais perto do cidadão”.

Deputado Genésio Goulart (PMDB)

Festa Nacional do Pinhão
alegra Plenário

Com o propósito de apresentar e convidar os parlamentares para a 19ª Festa Nacional do Pinhão, de Lages, a sessão ordinária do dia 23 foi interrompida para receber o prefeito Renato Nunes (PP), acompanhado da rainha e da princesa da festa.

A festa ocorre desde os anos 70, valorizando a cultura e as tradições serranas. Já é considerado como maior acontecimento gastronômi-

co e cultural do Sul do Brasil.

Comissão Central Organizadora, iniciativa privada e comunidade trabalham juntas para que os dez dias de festa sejam aproveitados da melhor maneira possível.

De acordo com o prefeito Renato Nunes, o evento, que neste ano acontece de 1º a 10 de junho, no Parque de Exposição Conta Dinheiro, deve receber aproximadamente 310 mil pessoas.

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados acompanharam apresentações e conheceram rainha da festa

[AGENDA]

- **28 de maio, 19 horas:** Exposição da artista Iracema Índia Costa
Local: Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho
- **29 de maio, 9 horas:** Audiência pública para que o secretário da Fazenda, Sérgio Alves, demonstre o cumprimento de metas fiscais do primeiro quadrimestre de 2007 e informe os parlamentares sobre as diretrizes orçamentárias para 2008
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **30 de maio, 9h30min:** Comissão de Finanças – Audiência pública para prestar esclarecimentos sobre o transporte e a merenda escolar, as modalidades de forma de pagamento e repasse aos municípios nas relações com os governos federal e estadual
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **31 de maio, 13h30min:** Instalação do Fórum do Cooperativismo de Santa Catarina
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **31 de maio, 14 horas:** Quarta edição do Parlamento Jovem - promoção da Escola do Legislativo
Local: Plenário Osni Régis
- **31 de maio, 19 horas:** Instalação do Fórum da Cultura Açoriana
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Andréa Leonora e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Fórum traz informações sobre projeto de construção da Barragem Rio do Salto

Obra faz parte do PAC, do governo federal. Bancada catarinense já garantiu R\$ 40 milhões no Orçamento Geral da União

Com o propósito de esclarecer e acelerar o processo de construção da Barragem do Rio do Salto, no município de Timbé do Sul, extremo-sul do estado, os membros do Fórum Permanente para a Construção da Barragem receberam, no dia 24, representantes da Casan e da Fatma, além de prefeitos dos municípios envolvidos.

Presidida pelo deputado Valmir Comin (PP), a reunião contou com a participação do vice-presidente do Fórum, deputado Manoel Mota (PMDB), do relator, deputado Décio Góes (PT), e demais membros. Ao iniciar os trabalhos, Comin ressaltou que um longo e importante caminho já foi percorrido e que hoje a necessidade da construção da barragem é reconhecida em todas as instâncias. No primeiro instante da reunião, o representante da Casan, Valmir Piacentini, fez uma explanação do projeto de construção, definindo os objetivos e a forma como a barragem será instalada na localidade de Areia Branca, entre outros dados técnicos. "A idéia da barragem, que teve início na década de 80, está avançando e hoje depende da licença ambiental cedida pela Fatma para que o convênio possa ser assinado", comentou. Piacentini ressaltou ainda que a obra está inserida no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), do gover-

no federal, e conta com o apoio da bancada federal catarinense que garante recursos da ordem de R\$ 40 milhões no Orçamento Geral da União, sendo que R\$ 8 milhões serão liberados ainda neste ano.

Ao se manifestar, o presidente da Fatma, Carlos Leomar Kreuz, informou que, com relação ao processo de licenciamento, muita coisa já foi feita. Porém, de fato, o licenciamento ainda não saiu. "O investimento hoje vai onde a licença conceder. O licenciamento não é apenas uma proposição da Fatma, mas faz parte da legislação brasileira", acrescentou.

Indenizações

Após a introdução sobre o andamento do projeto, os parlamentares presentes fizeram algumas considerações. De acordo com Mota, a idéia que prevalece há 27 anos é de se construir duas barragens, a de São Bento, hoje pronta, e a de Rio do Salto. "Com o exemplo da primeira barragem operando positivamente na região vamos tornar realidade a segunda. A conclusão da segunda barragem vai trazer muitos benefícios para o estado, como na produção do arroz, um dos maiores fatores econômicos do extremo-sul de Santa Catarina", comentou.

Já o deputado Professor



Deputados e prefeitos do Sul ouviram explicações da Casan e da Fatma sobre o projeto

Sérgio Grando (PPS) declarou que as questões de impacto social e ambiental têm que ser bem definidas e trabalhadas para que a sociedade local não sofra maiores conseqüências. "Temos ali 82 famílias que serão indenizadas", lembrou. Grando salientou ainda que no projeto apresentado falta estudo de saneamento ambiental e da energia produzida.

O deputado Décio Góes (PT) sugeriu que a Casan coloque no seu site o projeto na íntegra, para que a sociedade catarinense possa conhecer e acompanhar esse processo. "Temos que tomar cuidado para que não se tenha um resultado negativo", argumentou.

Diante das colocações abordadas na reunião, os prefeitos dos municípios de Turvo, José Brino (PP), e Timbé Grande, Naylor Biava (DEM), declararam que é preciso uma posição concreta da situação para que os moradores da região, que há anos lá vivem sem ter acesso a crédito por conta desse impasse, sejam tratados com dignidade.

O Fórum solicitou que a Casan apresente, num prazo de 10 dias, um relatório completo sobre a questão da barragem, assim como um cronograma das reuniões marcadas em Brasília para tratar do assunto, abrangendo também as tarefas e obrigações dos envolvidos.

A Barragem

Objetivos: Regularização do abastecimento de água e controle de cheias.

Custo para implantação da rede de distribuição: R\$ 23 milhões

Municípios abrangidos: Timbé do Sul, Turvo, Meleiro, Ermo e Araranguá

População beneficiada: 108 mil pessoas.

Área: 510 hectares de área alagada e 54 km² de área de drenagem

Armazenamento: 45 milhões de m³

Audiência debate centros de internação

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, por proposição da deputada Ana Paula Lima (PT), em conjunto com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) e o Ministério Público Estadual (MPE), realizaram um audiência pública, na tarde do dia 24, no auditório Antonieta de Barros, na Assembléia Legislativa, para debater a grave situação dos Centros de Internação Provisória (CIP) e dos Centros Educacionais de Santa Catarina. No encontro foi feita a apresentação do relatório de visitas do CEDCA.

Depois de cerca de três horas de amplo debate, decidiu-se pelo encaminhamento do relatório para que o MPE cobre do governo esta-

dual um ajuste de conduta com as prefeituras municipais. Também foi definida a formação de um grupo de trabalho com representantes do governo, da Assembléia, do MPE, do Fórum Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, bem como da sociedade civil organizada e a realização de uma reunião que deverá ser marcada na primeira semana de junho, na Secretaria de Estado da Segurança Pública, onde novos encaminhamentos deverão ser apresentados.

A reunião foi uma resposta ao pedido do Conselho Estadual que fez um relatório de visitas, solicitada pelo MPE, para avaliar a situação das instituições. Foram visitados os centros de Florianópolis, Blumenau, Chapecó, São

José do Cedro, Joaçaba, Xanxerê, Caçador, Concórdia, Itajaí, Tubarão, Curitiba, Rio do Sul, Joinville, Criciúma, São José e Lages.

Consta no relatório que 40% dos CIPs encontram-se isolados, dificultando o acesso a tratamentos de saúde e visitas de familiares. Outro ponto que chama atenção é que os internos não recebem informações sobre a sua situação processual e nem mesmo têm acesso a um advogado.

Sobre a saúde, o relatório salienta que adolescentes dependentes químicos não têm acesso a tratamento especializado e que os profissionais que trabalham com os internos não conhecem, ou não cumprem, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Professores discutem piso salarial nacional

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina promoveu debate sobre os impactos financeiros da implantação do piso salarial nacional para os professores do ensino básico. A audiência pública aconteceu no dia 21 e foi realizada pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto, presidida pelo deputado Darci de Mattos (DEM). O tema central foi o Projeto de Lei 619/07, do governo federal, que fixa em R\$ 850,00 o piso salarial nacional da categoria.

As explicações sobre a matéria foram feitas pelo relator na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, deputado

federal Severiano Alves (PDT/BA), que veio a Santa Catarina a convite do deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB). Os deputados federais catarinenses João Matos (PMDB) e Ângela Amin (PP) e o deputado estadual Pedro Uczaí (PT) também participaram do debate. O projeto pretende regulamentar o Artigo 60, inciso III, alínea "e", do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal, que institui o piso salarial profissional do magistério público da educação básica em R\$ 850,00 mensais para jornada de 40 horas semanais. Prevê ainda a integralização do valor de uma forma progressiva.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Dirceu Dresch (PT)

“A razão deve estar acima da emoção”

Presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa, Dirceu Dresch se diz contrário à redução da maioria penal e afirma que a mídia propaga a violência

Rodrigo Viegas

AL Notícias - Qual é o grande desafio da comissão que o senhor preside?

Dirceu Dresch - O nosso papel é fazer um amplo debate com a sociedade, colocando a razão acima da emoção. Devemos fazer o debate da segurança pública com responsabilidade e seriedade para podermos enfrentar esse tema tão polêmico. Tenho a clareza de que se não forem atacadas questões centrais, como a oferta de emprego, o acesso à saúde, à educação, a questão da terra e da reforma agrária, a segurança vai ser sempre um problema. Se não mudarmos essa lógica, dentro de 10 anos a população carcerária do país será de 1 milhão de pessoas, a maioria entre 18 e 30 anos.

AL Notícias - Qual é, efetivamente, o papel da Comissão da Segurança Pública?

Dirceu Dresch - Promover o debate da segurança dentro da Assembleia Legislativa, cobrando, propondo políticas e leis, fiscalizando e acompanhando, mas, principalmente, discutindo com a sociedade as políticas estruturais que possam de fato melhorar a vida das pessoas.

AL Notícias - Que assuntos o senhor destaca?

Dirceu Dresch - O grande

tema que surgiu neste início da legislatura foi a discussão em torno da redução da maioria penal. Foi tema de audiência pública feita pela comissão, em conjunto com a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais. Outra questão que nos preocupa é o fato de o governo do Estado não estar valorizando os trabalhadores da segurança, bem como a falta de investimento no setor. Ao contrário, o Estado retirou, na reforma administrativa, recursos do fundo de aparelhamento da polícia. Também estamos atentos à superlotação dos presídios e à busca por penas alternativas de trabalho para os detentos. São ações que ajudam a recuperar o preso.

AL Notícias - E a redução da maioria penal?

Dirceu Dresch - Eu sou contra e por vários motivos. Um deles é que temos o Estatuto da Criança e do Adolescente que já estabelece penas para o menor infrator. O problema está na falta de oportunidades para a juventude. Os jovens são hoje as maiores vítimas da violência. A juventude não mata mais, ela morre mais. Principalmente a juventude pobre e negra que mora na periferia.

AL Notícias - Como envolver a população nesse debate?

Dirceu Dresch - Estamos pro-

vocando e abrindo total espaço para que também sejamos provocados pela sociedade, seja na discussão de leis e projetos, seja realizando audiências e seminários para aprofundar os debates. Temos a perspectiva de realizar várias audiências públicas, discutindo estrutura, recursos, o papel do Estado e da Assembleia nessa questão pública.

AL Notícias - Como é o entendimento entre os deputados da Comissão e o Executivo?

Dirceu Dresch - O trabalho da comissão é produtivo, num ambiente de respeito mútuo. Temos os deputados da base do governo que apóiam a política de segurança que vem sendo desenvolvida, mas nós temos todo um ambiente favorável à crítica dessas políticas. O problema da violência vem aumentando em Santa Catarina e o governo deve se preparar para enfrentar isso.

AL Notícias - Como analisa o papel da mídia na questão da segurança pública?

Dirceu Dresch - A violência que a mídia propaga, seja na exibição das novelas, dos filmes, dos desenhos animados ou dos noticiários, é também responsável pela violência que atinge a nossa sociedade. Talvez seja a violência mais perversa, pois entra em nossos lares, influencia nossos filhos e produz os

resultados a que assistimos. Não podemos ter medo de discutir o tema da violência da mídia. No caso específico do debate da redução da maioria penal, a mídia vem desempenhando um papel muito forte em prol da redução da idade penal, a partir da morte do garoto João Hélio, no Rio de Janeiro, como se ela fosse a solução para o problema da violência. O debate é parcial. Na cobertura do noticiário vemos em destaque notícias que atingem a classe média, sempre

com ênfase no criminoso menor de idade. A mídia ignora que cenas do mesmo tipo acontecem todos os dias nas periferias das cidades? Dificilmente há cobertura quando um jovem pobre do nosso país é vítima da violência. A mídia produz opinião sem analisar os dois lados da questão, explorando a comoção das pessoas. Não podemos permitir que a emoção que a mídia estimula incentive a aprovação de leis que não vão resolver o problema da violência e sim agravá-lo.

Eduardo Guedes de Oliveira



Saiba mais

Nome: Dirceu Dresch

Idade: 43

Natural de: Saudades

Partido: PT

Regiões do Estado que representa: Oeste

Atividade: Agricultura Familiar

Legislaturas: foi candidato pela primeira vez em 1988, para vereador, em Saudades, alcançando 43 votos. Em 2002, candidatou-se a deputado estadual, obtendo 19.886 votos, o que valeu a segunda suplência. Em 2006, conquistou uma vaga no Legislativo com 24.687

Comissão de Segurança Pública

Presidente: Dirceu Dresch - PT

Vice-presidente: Sgto. Amauri Soares - PDT

Membros: Cesar Souza Júnior (DEM), Edson Piriquito e Herneus de Nadal (PMDB), Kennedy Nunes (PP) e Nilson Gonçalves (PSDB)

Chefe de secretaria da Comissão: Paulo Roberto Silveira

Reuniões: duas vezes por mês, às quartas-feiras, às 11 horas

E-mail: csp@alesc.sc.gov.br

Telefone: 3221.2575

Cabe à Comissão de Segurança Pública exercer função legislativa e fiscalizadora:

I - quanto à Polícia Civil: exercício das funções de polícia judiciária e a apuração das infrações penais, exceto as militares; polícia técnico-cien-

tífica; execução dos serviços administrativos de trânsito; supervisão dos serviços de segurança privada; controle da propriedade e uso de armas, munições, explosivos e fiscalização de jogos e diversões públicas.

II - quanto à Polícia Militar: atuação preventiva e repressiva; exercício da polícia ostensiva relacionada com a preservação da ordem e da segurança pública, o rádio-patrolhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial, o patrulhamento rodoviário, a guarda e a fiscalização do trânsito urbano, a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais, a polícia judiciária militar e a proteção do meio ambiente.

III - quanto ao Corpo de Bombeiros: realização dos serviços de prevenção de sinistros, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens, projetos de segurança con-

tra incêndio em edificações e contra sinistros em áreas de risco e atuação dos bombeiros comunitários ou voluntários e meios postos à disposição.

IV - quanto à Defesa Civil: programas de defesa permanente contra calamidades públicas e situações de emergência e atuação de entidades privadas na defesa civil, particularmente os corpos de bombeiros voluntários ou comunitários, e o apoio técnico e financeiro prestado pelo Estado.

V - quanto ao sistema prisional: estrutura física e operacional de cadeias, presídios e penitenciárias, seu policiamento, segurança e administração de seus serviços, guarda de presos, programas de reeducação.

VI - normas sobre serviços de despachante de trânsito.

INSTITUCIONAL



Deputado Antônio Aguiar pediu que valores sejam revistos, com urgência, em pelo menos 40%

Reajuste da tabela do SUS pode reduzir caos na saúde

Defasagem entre custo dos serviços médicos e valores pagos pelo sistema compromete a qualidade do atendimento prestado

Em debate proposto pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), os deputados aprovaram duas moções, na manhã do dia 21, relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), que serão encaminhadas à Câmara Federal. Aguiar pediu o reajuste emergencial da tabela do SUS em 40% e lembrou que esta foi uma das propostas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A outra moção pede o encaminhamento, em regime de urgência, do pedido de regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, que definiu os percentuais de aplicação na saúde nas esferas Federal – exercício anterior mais crescimento do

Produto Interno Bruto – Estadual (12%) e Municipal (15%).

O diretor executivo da Associação de Hospitais de Santa Catarina, Braz Vieira, reclamou que há mais de 10 anos não há reajuste da tabela, o que comprometeu a qualidade do atendimento nos 220 hospitais da rede pública e privada que atendem pelo SUS no estado. “Uma operação para retirada do apêndice custa R\$ 533,11 e se recebe do SUS R\$ 200,46. Um tratamento de broncopneumonia custa R\$ 858,01, e os hospitais recebem apenas R\$ 366,99. Um Acidente Vascular Cerebral tem custo de R\$ 1.517 para se receber apenas R\$ 299,37 do SUS”, exemplificou.

Braz Vieira destacou que a crise do setor é agravada pela baixa remuneração, número reduzido de Autorizações de Internações Hospitalares (AIHs), o não envolvimento dos gestores em atenção básica, demanda elevada nas emergências dos hospitais, dificuldade para modernização dos equipamentos e em atrair médicos especializados. “Soma-se a isso o fato de os hospitais estarem assumindo atribuições dos gestores municipais, o risco de vínculo trabalhista na relação com os médicos e a situação de obrigatoriedade dos hospitais em assumir o repasse dos valores dos serviços prestados pelos médicos”, relatou.

Municípios podem ficar com 20% dos recursos da CPMF para a saúde

Segundo a diretora geral da Secretaria de Saúde, Carmem Zanotto, o reajuste da tabela do SUS é um tema que não tem divergência quanto ao seu conteúdo. “Praticamente 90% dos procedimentos realizados pelo SUS não têm seus custos cobertos”, disse Carmem. A questão, segundo ela, passa pelo cumprimento do pacto da saúde, em especial pelo

pacto de defesa do SUS e também pela regulamentação da emenda constitucional nº 29. Outra ação, que, para a diretora, auxiliaria a amenizar o problema, seria a descentralização dos serviços de alta complexidade.

O deputado Dagomar Carneiro (PDT) comentou que já passou pelo problema e lembrou que foi secretário municipal de saúde

de Brusque na época da criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que deveria ter sua arrecadação direcionada à saúde. Ele lembrou que existe uma proposta do deputado federal Fernando Coruja (PPS), de que 20% do valor arrecadado com a CPMF fiquem com os municípios para aplicação na área a saúde.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

DIRETORIA ADMINISTRATIVA E DE TECNOLOGIA

Vinculada à Diretoria Geral, a Diretoria Administrativa e de Tecnologia (DAT) foi criada em janeiro de 2006 para tratar da organização administrativa da Assembleia Legislativa. A DAT tem como principal objetivo supervisionar e controlar a execução das atividades específicas das Coordenadorias, das Gerências, das Seções e das Assessorias a ela subordinadas. “Todos os setores são de suma importância. No entanto, a DAT está diretamente comprometida com a administração da Casa como um todo, de forma a sempre corresponder às diretrizes da Assembleia Legislativa”, disse Jerônimo Lopes, diretor Administrativo.

A supervisão dos sistemas de informações e o acompanhamento e o desenvolvimento tecnológico para atender às demandas da Assembleia também são funções importantes da Diretoria. Segundo o responsável, os despachos do Presidente também são preparados pelo setor. “A parte tecnológica é extremamente importante para nós, já que a informática é um item crucial no desenvolvimento de qualquer área, principalmente no setor público.”

Estão vinculadas à Diretoria Administrativa e de Tecnologia:

- Coordenadoria de Serviços Técnicos;
- Coordenadoria de Serviços Gerais;
- Coordenadoria de Recursos Materiais;
- Coordenadoria de Transportes;
- Coordenadoria de Informática;
- Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos;
- Coordenadoria de Informações e
- Coordenadoria de Licitações.

As Gerências de Protocolo-Geral, Almoxarifado, Patrimônio, Projetos e Desenvolvimento, Suporte e Manutenção também são vinculadas à Diretoria Administrativa e Tecnológica.

Fonte: Diretoria Administrativa e de Tecnologia

Escola realiza Simpósio de Cerimonial Público do Sul

Cerca de 150 cerimonialistas dos três estados da região Sul participaram do primeiro evento da regional de Santa Catarina do Comitê Nacional de Cerimonial Público.

A palestra de abertura, realizada no dia 18, teve como tema “Cerimonial em Ação”, ministrada por Eliane Ubillús, diretora adjunta para assuntos do Executivo, assessora de estudos e pesquisas e de assuntos internacionais do Comitê.

Outra palestra foi ministrada por Fredolino Antônio David, membro do Conselho de Ética e vice-diretor da Região de Santa Catarina do Comitê, sobre “Símbolos Nacionais - uso e culto”. Na sequência aconteceu uma

mesa redonda sobre “O dia-dia do Cerimonial, Protocolo e Eventos”.

Rosana Brasca Cajuella, coordenadora de Eventos da Assembleia Legislativa e diretora de Santa Catarina do Comitê Nacional de Cerimonial Público, disse ter sido a mesa-redonda o ponto alto do encontro, “pois dá oportunidade de esclarecer as dúvidas e aprender com a troca de experiências proporcionadas pelo debate”.

O evento foi promovido pela Assembleia Legislativa, Escola do Legislativo, Comitê Nacional de Cerimonial Público da Região Sul, e contou com o apoio do Ministério Público de Santa Catarina.

Adotar é o caminho para os filhos do coração

De um lado, pais sem filhos. De outro, filhos sem pais. O que fazer para juntar as duas pontas? Hoje, Dia Nacional e Estadual de Incentivo à Adoção, é um bom momento para refletir

Conheça as regras

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece regras e restrições para a adoção:

- A idade mínima para se adotar é de 21 anos, sendo irrelevante o estado civil;
- O adotado deve ter no máximo 18 anos, salvo quando já convivia com aqueles que o adotarão, quando o limite passa a 21 anos;
- O adotante deve ser pelo menos 16 anos mais velho que o adotado;
- Os ascendentes (avós, bisavós) não podem adotar seus descendentes; irmãos também não podem adotar irmãos;
- A adoção depende da concordância – perante o juiz e o promotor de justiça – dos pais biológicos, exceto quando foram desconhecidos ou destituídos do pátrio poder (muitas vezes se cumula, no mesmo processo, o pedido de adoção com o de destituição do pátrio poder dos pais biológicos, neste caso devendo-se comprovar que eles não zelaram pelos direitos da criança ou adolescente envolvido, de acordo com a lei);
- Tratando-se de adolescente (maior de 12 anos), a adoção depende de seu consentimento expresso;
- Antes da sentença da adoção, a lei exige que se cumpra um estágio de convivência entre a criança ou adolescente e os adotantes, por um prazo fixado pelo juiz, o qual pode ser dispensado se a criança tiver menos de um ano de idade ou já estiver na companhia dos adotantes por tempo considerado suficiente pelo juizado.

Rose Mary Paz Padilha

Filhos do coração. É dessa maneira carinhosa que uma criança ou adolescente adotado é chamado por aqueles que os adotaram e, juntos, estabelecem ao longo da vida laços estreitos de afeto, amor, cumplicidade, respeito e esperança.

A adoção rompe definitivamente todo o vínculo jurídico entre a criança ou adolescente adotado e sua família biológica, de maneira que a mãe e o pai biológicos perdem todos os direitos e deveres em relação à criança.

Essa regra só não vale quando se adota o filho do companheiro ou cônjuge.

O registro civil de nascimento original é cancelado para a elaboração de outro, onde irão constar os nomes daqueles que o adotaram, podendo-se até alterar o prenome da criança ou adolescente.

Quem adota o faz para a vida inteira e dá ao adotado todos os direitos de um filho biológico. Inclusive a herança. As mães adotivas também têm direito à licença maternidade e salário maternidade, garantidos pela Lei nº 10.422, de 15 de abril de 2002.



www.scc.hu

Assembléia promove ato comemorativo e entrega medalhas de mérito

Um ato comemorativo ao Dia Nacional e Estadual de Incentivo à Adoção acontece neste dia 25, à tarde, na Assembléia Legislativa, com palestra, lançamento de livro e entrega de medalhas de mérito a personalidades que contribuíram com o Grupo de Estudos e Apoio à Adoção em Florianópolis (GEAAF). O evento tem a participação da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher, da Assembléia, presidida pela deputada Ada De Luca (PMDB). O Dia 25 de maio foi instituído como Dia Nacional da Adoção (Lei nº 4.749, de 2001) por iniciativa do deputado federal João Matos (PMDB/SC),

presidente da Associação dos Pais Adotivos de Santa Catarina. "O objetivo é contribuirmos para a desmistificação da adoção e criarmos uma consciência solidária na nossa população", afirmou o parlamentar.

Campanhas desenvolvidas em todo o mundo buscam incentivar a adoção. No Brasil, exemplos como do casal de atores Mônica Torres e Marcelo Antony e da cantora Elba Ramalho mostram que dar um lar a quem foi abandonado pelos pais biológicos é um exemplo de vida a ser seguido. No mundo, outro casal famoso que adotou crianças de outras nacionalidades, é formado por Angelina Jolie e Brad Pitt.

CEJA cuida dos processos no Estado

Em Santa Catarina, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) é responsável por todos os processos de adoção e é presidido pelo Corregedor Geral da Justiça, desembargador Newton Trisotto. Também integram a CEJA, juiz de Direito, procurador de Justiça, advogado, psicóloga e assistente social.

Para os interessados residentes

no estado, a inscrição no cadastro dos pretendentes à adoção deve ser feita no Fórum da cidade ou da Comarca onde reside. Uma vez habilitados, passam a figurar no Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (Cuida), concorrendo à adoção em todas as comarcas de Santa Catarina. Para os residentes em outros estados a inscrição deve ser realizada

junto à Central de Adoções, que funciona no Juizado da Infância e da Juventude, em Florianópolis. Os estrangeiros que pretendem adotar crianças e adolescentes catarinenses devem ter habilitação na CEJA, que funciona na Corregedoria Geral de Justiça, em Florianópolis, no Tribunal de Justiça. Contatos pelo telefone (48) 3221-1224/1226.

Agora, a luta é contra o preconceito

A secretária da CEJA, Mery Ann Furtado e Silva, diz que adotar não é demorado nem burocrático. O problema está no preconceito. "As pessoas fazem muitas escolhas com relação às crianças que querem como filho. A grande maioria prefere o sexo feminino, bebês, brancos e saudáveis, conforme dados por nós levantados", lamentou. Por outro lado, ela relata com alegria exemplos de adoções estrangeiras, principalmente de grupos de irmãos, cujos relatórios são enviados à CEJA – um a cada

seis meses, durante dois anos – mostrando como vivem os adotados em outros países. "Os órgãos oficiais dos países de acolhida das crianças, que nos enviam esses relatórios, mostram que elas são felizes. As fotos do convívio com a família que as adotou deixam isso bem claro."

Como exemplos, citou dois casos: o de três irmãos, do Extremo-Oeste, na época com dois, sete e 10 anos, que não conseguiram uma família no estado ou em outros do país, mas que foram

adotados por um casal de italianos. O outro caso, de um menino, na época com oito anos, que vivia no Norte do estado e que também não encontrou um lar brasileiro, foi adotado por outro casal de italianos e hoje, aos 18 anos, fotos ainda enviadas à CEJA mostram a felicidade encontrada no novo lar. "O Judiciário estimula a adoção tardia e de grupo de irmãos, pois sabemos o quanto é importante mantê-los juntos. Quando isso não é possível, que a adoção ocorra em lares próximos", finalizou.

CCJ aprova programa de incentivo à adoção

A Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo deputado Romildo Titon (PMDB), aprovou o projeto de lei do deputado Kennedy Nunes (PP) que institui o Programa Estadual de Incentivo à Adoção.

O objetivo é que o Estado incentive e conscientize as pessoas sobre o tema, visando a redução do preconceito e da valorização de estereótipos e, ainda, atuando para diminuir ainda mais a burocracia nos processos de adoção.

De acordo com o projeto, o Estado arcará com as despesas decorrentes da aplicação desta Lei.



Estatísticas

Segundo a secretária da CEJA/SC, Mery Ann Furtado e Silva, a média anual de adoções nacionais em Santa Catarina é de 400 crianças e adolescentes, além de 38 para estrangeiros. Atualmente, 2.878 pretendentes estão inscritos, sendo 1.850 residentes em Santa Catarina, 770 residentes em outros estados e 258 estrangeiros.

Sobre as preferências em relação à criança a ser adotada, levantamentos mostram que:

- Dos 1.850 residentes em Santa Catarina, 1.270 aceitam criança até 2 anos de idade, 568 só aceitam meninas e 90% preferem crianças brancas;

- Daqueles 770 residentes em outros estados do país, 543 aceitam crianças até dois anos, 215 só aceitam meninas e preferem crianças brancas;

- Mas, em relação aos pretendentes estrangeiros, o preconceito, se comparado aos pretendentes brasileiros, é muito pequeno: dos 258, 42 aceitam crianças até dois anos, os demais adotam crianças entre 8 e 12 anos. O perfil das crianças adotadas por estrangeiros é: idade entre sete e 14 anos, grupos de irmãos, pardas ou mulatas, sexo masculino e são crianças que vivem em abrigos.



Mery Ann: meninas, brancas e com menos de dois anos, são as preferidas

INSTITUCIONAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Lya Luft nasceu em Santa Cruz do Sul (RS) e iniciou a vida literária nos anos 60, como tradutora de literatura em alemão e inglês. Já traduziu para o português mais de 100 livros. Para um público atento, que lotou o Auditório Antonieta de Barros, a escritora falou sobre sua trajetória e seu aprendizado

Palestra de Lya Luft lota auditório da Assembléia Legislativa

Ela não gosta de ser chamada de escritora para mulheres e afirma: “quero mesmo é ser livre”

Considerada o maior fenômeno editorial brasileiro dos últimos anos, a escritora gaúcha Lya Luft é conhecida internacionalmente. Suas idéias e palavras encantaram, na noite do dia 23, uma platéia de quase 500 pessoas no auditório Antonieta de Barros, da Assembléia Legislativa.

A palestra “Um novo olhar para a diferença” integrou o programa *O Brasil em Debate*, iniciativa do Parlamento estadual com o apoio do Sindicato dos

Jornalistas de Santa Catarina e Associação Catarinense de Imprensa.

“Comecei a escrever aos 20 anos, com poesias, e não parei mais”, disse ao abrir o encontro. Seu último livro, *Em Outras Palavras*, já está entre os mais vendidos. “Dizem que todo artista tem dois ou três temas preferidos. Eu escrevo sobre os sentimentos básicos”, contou. Perguntada uma vez sobre o que escreve na obra *Perdas & Ganhos*, respondeu:

“Não sei. Começo exatamente perguntando que livro é este. É o resultado de idéias.”

E idéias não faltam para a escritora, com 43 anos de carreira e 19 livros lançados. No encontro, falou sobre encantos e desencantos, a vida normal de cada dia, comportamentos, relacionamentos, as diferentes maneiras de encarar a vida com todas as suas transformações. E fez todos rirem e pensarem, ou repensarem, suas atitudes

na convivência entre seres humanos.

Ao falar sobre estilos, Lya disse que nunca pensou em tradição literária e que não gosta de ser chamada de escritora para mulheres. Sua visão do masculino é muito positiva. “Não quero pertencer a grupo nenhum. Quero mesmo é ser livre”.

Sobre a literatura brasileira, a autora afirmou que há muito mercado para se conquistar em outros países.

“Falta mais respeito entre as pessoas”

Lya Luft lamenta que haja tanto desrespeito entre as pessoas, entre pais e filhos, alunos e professores. Uma questão de comportamento que, defende, precisa ser modificada.

“Ninguém conversa mais. Os pais não conversam mais com as crianças. Vai cada um para um lado. Mas com criança se conversa, sim, no dia-a-dia, espontaneamente. Para dialogar com os filhos, não é preciso marcar reunião e programar: hoje vamos conversar sobre a escola, amanhã vamos falar sobre sexo, etc”, pensa Lya Luft.

Ela diz que muitos pais estão impingindo para os filhos “agenda de executivo”, com todo o

tempo tomado, além da escola, com aulas de inglês, judô e muitas outras coisas. “Não deixam mais as crianças terem tempo livre, serem crianças.”

Segundo Lya, é preciso que sejamos do jeito que somos, nos aceitemos a cada idade que passa. “Mulheres de 40 anos querem se vestir como meninas de 12, e isso não pode. Não combina. Estão nos impondo modelos de comportamento que não são os nossos e estamos aceitando. Não é por aí. Os velhos têm que ser velhos e respeitados, livres até para morar sozinhos, mas também não podem ser carrascos e exigentes só porque são velhos. E isso tem acontecido

muito”, observou.

O programa *O Brasil em Debate*, que teve início em abril com palestra do jornalista Caco Barcellos, a cada mês promove um encontro com personalidades nacionais.

A finalidade do programa é criar oportunidade para a população debater os mais variados assuntos com expoentes do pensamento nacional, aproximando a sociedade e o Parlamento na busca de novos caminhos e soluções para as questões da atualidade. Os encontros são gratuitos, mas têm vagas limitadas, com inscrições feitas pela internet, no endereço www.alesc.sc.gov.br.

Romancista fala sobre a arte de escrever

Tradutora, professora universitária, poetisa e romancista. Com 20 obras escritas, Lya Luft se manteve por 113 semanas, com o livro *Perdas & Ganhos*, na lista dos mais vendidos do Brasil.

Em entrevista coletiva, a escritora falou sobre a arte de escrever, literatura e sobre sua obra. “Trabalho por prazer. Comecei com a tradução, já que falo inglês e alemão, mas agora não é mais uma obrigação. Eu já posso fazer com mais calma e sem preocupações”.

Perdas & Ganhos, que ultrapassou a marca de meio milhão de li-

vros vendidos, é considerado pela escritora como um fenômeno estranho, já que trata da passagem do tempo, um tema muito amplo e difícil de agradar a tantos.

“O livro é uma globalização de emoções. Agrada muitas gerações e culturas diversas e isso me deixa muito feliz. Ele não é uma receita de felicidade e sim de questionamentos”, disse.

A próxima obra da autora, *O Silêncio dos Amantes*, também foi apresentada. O romance trata da incomunicabilidade e silêncio nas relações familiares e amorosas.

BIBLIOGRAFIA

- Canções de Limiar (1964)
- As Parceiras (1980)
- A Asa Esquerda do Anjo (1981)
- Reunião de Família (1982)
- Mulher no Palco (1984)
- O Quarto Fechado (1984)
- Exílio (1987)
- O Lado Fatal (1988)
- A Sentinela (1994)
- O Rio do Meio (1996) - prêmio da Associação Paulista de Críticos de Artes
- Secreta Mirada (1997)
- O Ponto Cego (1999)
- Histórias do Tempo (2000)
- Mar de Dentro (2002)
- Perdas e Ganhos (2003)
- Em Outras Palavras (2006)

COMISSÕES

Super Simples em pauta no Parlamento

Estados e municípios terão que adequar tributos de sua competência para se enquadrar à nova Lei Geral da Microempresa

A implementação da Lei Geral da Microempresa, ou lei do Super Simples, foi tema de um seminário realizado pela Assembléia Legislativa no dia 18. Iniciativa do deputado Dirceu Dresch (PT), o evento foi promovido pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia da Assembléia, por meio da Subcomissão da Lei Geral da Microempresa, presidida por Dresch. Contou ainda com o apoio do deputado federal Carlito Merse e da senadora Ideli Salvatti - ambos do PT catarinense - além da Federação das Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Fampesc).

O seminário procurou esclarecer dúvidas e impulsionar a adesão do Estado e dos municípios à lei que criou o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

A Lei Geral da Microempresa foi sancionada no final do ano passado e unifica oito impostos federais, instituindo um sistema simplificado e integrado de tributação.

Todos os tributos federais, estaduais e municipais passam a ser pagos por meio de um único documento mensal, simplificando o recolhimento, diminuindo a burocracia e a carga tributária.

Ela também diminui o tempo de abertura de uma empresa e dá preferência às micro e pequenas empresas em licitações públicas.

ICMS e ISS

Para se enquadrarem à nova lei, estados e municípios precisam alterar questões tributárias e rever a legislação sobre dois impostos específicos: na competência estadual, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e, nos municípios, o Imposto sobre Serviços (ISS). A adequação deverá ser feita até julho deste ano, data em que a lei entrará em vigor.

A mesa principal do seminário foi composta pelo deputado Dirceu Dresch, que conduziu os trabalhos, Paulo Okamoto, diretor-presidente do Sebrae nacional, deputado federal José Pimentel (PT/CE), que preside a Frente Parlamentar Mista da Lei da Micro e Pequena Empresa, Cloir Dassoler, presidente da Fampesc, Almir Gorges, diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda do Estado, Carlito Merse e Cláudio Vignatti (PT) e Odacir Zonta (PP), deputados federais, Rafael de Moraes Lima, representante do Ministério Público do Estado e o deputado estadual Elizeu Mattos (PMDB).



Evento reuniu microempresários, contabilistas e representantes de entidades empresariais e governamentais

Solução vai beneficiar os informais

De acordo com Dresch, o debate pretende estimular a regulamentação do Estado e dos municípios para que os empreendedores possam ter acesso a todos os benefícios da Lei Geral. Para o presidente da Fampesc, Almir Gorges, a nova lei traz uma série de benefícios, mas traz também alguns problemas que precisam ser discutidos e esclarecidos.

Merse ressaltou a grande participação de Santa Catarina nesse debate, dada a sua importância

econômica. "Temos aproximadamente 11 milhões de trabalhadores que atuam na informalidade. Se com esse projeto regularizarmos 1 milhão por ano, já me dou por satisfeito", frisou. Vignatti considerava a Lei Geral um dos melhores projetos apresentados até hoje no que diz respeito à micro e pequena. Por sua vez, Zonta observou que a conjugação de esforços e a integração entre os profissionais de contabilidade, microempresários, Estado e municípios é de extrema

importância para o cumprimento da Lei. O representante do Ministério Público, Rafael Lima, destacou a importância da lei, quando da passagem da informalidade para a formalidade dos trabalhadores, enquanto Alessandro Machado, do Sebrae, explicou que a unificação dos impostos e contribuições num único documento deverá beneficiar as mais de 15 milhões de micro e pequenas empresas, formais e informais, que são responsáveis por 20% do PIB brasileiro.

Comissão aprova requerimentos e agenda seminários

A Comissão de Economia, Ciência e Tecnologia voltou a se reunir no dia 23 para apreciar projetos e requerimentos que estavam em pauta. Sob a presidência do deputado Silvio Dreveck (PP), foram aprovados, por unanimidade, três requerimentos, dois de autoria do deputado Pedro Uczai (PT) e um do deputado Dirceu Dresch, do mesmo partido. Entre os requerimentos aprovados, a solicitação de uma audiência pública no mês de junho, no município de Chapecó, para debater sobre "Suínos, Biodigestores e Energia", e uma outra audiência, no mês de julho, com local a ser definido, para discutir sobre a ciência e tecnologia em Santa Catarina, ambos solicitados por Uczai.

O requerimento aprovado de autoria do deputado Dirceu Dresch é para tratar da implementação da Lei da Micro e Pequena Empresa no Estado (*leia matéria acima*).

A proposta determina a realização de cinco seminários regionais para que a lei possa ser debatida pelos catarinenses. Quatro deles já têm definidos data e local: 12 de junho, em Chapecó, 13 de junho, Lages, 19 de junho, Blumenau, e 21 de junho, em Criciúma.

Após a aprovação dos requerimentos, os parlamentares presentes na reunião debateram quatro dos cinco projetos que estavam em pauta. O PL nº 67/07, de autoria do deputado professor Sérgio Grandó (PPS), que

dispõe sobre a obrigatoriedade da compensação das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) pelos promotores de eventos realizados em ambientes públicos, que teve pedido de vista, o PL nº 83/07, do deputado Romildo Tinton (PMDB), acrescenta dispositivos à Lei nº 9.748/94 que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, foi encaminhado para a Comissão de Finanças.



Parlamentares aprovaram calendário para discutir Super Simples nas regiões do estado

Já o PL nº 138/07, do deputado Narcizo Parisotto (PTB), reconhece o município de Jaraguá do Sul como Capital Catarinense da Inovação Tecnológica, teve voto de abstenção. Por último, a Comissão

apreciou o PL nº 27/07, de autoria do deputado Narcizo Parisotto (PTB), que reconhece o município de Chapecó como Capital Catarinense dos Eventos de Negócios, teve pedido de vista.

SC é Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação

Assunto foi comentado e comemorado por vários parlamentares

Os delegados dos mais de 160 países que participam da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) aprovaram, no dia 22, por unanimidade, o relatório da comissão técnica da entidade, atestando que Santa Catarina passa a ser internacionalmente reconhecida como área livre de febre aftosa sem vacinação. A delegação catarinense comemorou a vitória de uma luta de mais de 15 anos que envolveu o governo do Estado e o setor produtivo do agronegócio. Fazem parte da comitiva, que ainda se encontra em Paris, França, o líder do Democratas na Assembléia Legislativa, deputado Gelson Merisio, e o deputado Moacir Sopelsa (PMDB).

Em plenário, o líder do governo, João Henrique Blasi (PMDB), anunciou a concessão do certificado da OIE. O deputado Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) aproveitou a oportunidade para agradecer todos os envolvidos na luta pela conquista que assegura ao estado a certificação de Zona Livre de Febre Aftosa sem Vacinação. Ele lembrou que Santa Catarina vinha sofrendo perdas com esse impasse. “Essa mudança vai abrir um amplo mercado para a comercialização de produtos de origem animal. Por ser a única unidade da federação a con-

quistar a posição, Santa Catarina deve recuperar o tempo perdido”, acrescentou.

Vitória

Para o deputado Manoel Mota, líder do PMDB, “a vitória é dos ex-secretários da Agricultura, Moacir Sopelsa e Antônio Ceron, dos anteriores e dos técnicos da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc) que trabalharam para dar condições de produção e de exportação aos produtores e empresários catarinenses do setor. Foi um trabalho de longo tempo”, falou. O deputado Antônio Aguiar (PMDB) também registrou seu contentamento com a notícia.

O status obtido por Santa Catarina também foi festejado pelo deputado Herneus de Nadal (PMDB). A partir de agora, o Estado possui um leque de “167 países para comercialização de produtos de origem animal, visto que é a única unidade da federação que alcançou esta posição”. O deputado destacou o trabalho “empreendido tanto pelos produtores como pelas agroindústrias catarinenses”.

O deputado Elizeu Mattos (PMDB), em aparte, ressaltou que

a condição alcançada deve-se em grande parte “ao trabalho forte realizado pelo governo catarinense”. Nadal emendou afirmando que as ações do Executivo estadual junto à iniciativa privada exerceram papel importante ao implementar barreiras para evitar a propagação da doença no Estado.

Cidasc

Na sessão do dia 23 o deputado Joares Ponticelli (PP) afirmou ser essa uma notícia que toda a sociedade catarinense esperava, em especial os suinocultores. A iniciativa pela conquista precisa ser reconhecida, afirmou, “mas é necessário ressaltar que a equipe de técnicos da Cidasc e demais funcionários da empresa, juntamente com os produtores, podem ser considerados os verdadeiros heróis nesse caso”, falou.

O líder do PSDB, Marcos Vieira, em nome da bancada, se uniu às comemorações pela conquista. Ele considera uma vitória histórica, resultado de anos de lutas e fez referência ainda à participação neste processo do Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária (Icasa) e do Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Dresch destaca valor da agricultura familiar

Considerado um assunto de extrema importância para o Estado, a agricultura familiar foi tema do pronunciamento do deputado Dirceu Dresch (PT) no dia 22. De acordo com o parlamentar, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu nesta semana, em Brasília, uma comitiva das classes de agricultores para discutir alguns pontos importantes. “Essa é uma luta justa em busca de melhorias no setor.”

Ele ressaltou que só no estado cerca de 200 mil famílias vivem

da agricultura familiar. Na audiência, o presidente Lula recebeu reivindicações feitas pelo grupo de agricultores em busca de fortalecimento para o setor.

O parlamentar comentou ainda que a pauta levada ao presidente Lula também foi entregue ao governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB). “Espero que o governador siga o exemplo do presidente e atenda a classe para um debate sobre o assunto. Temos que discutir medidas para o Plano Safra de 2007”, alertou.

Comin: combate ao desemprego

Preocupado com o desemprego, em especial em Santa Catarina, o deputado Valmir Comin (PP) abordou a importância da parceria com a iniciativa privada. Segundo

ele, no estado existem aproximadamente 250 mil alunos no sistema universitário, todos ansiosos por um lugar no mercado de trabalho ao concluírem seus cursos. Porém, o que se verifica é uma realidade completamente diferente. “Faço aqui uma reflexão para que o Estado incentive e integre as universidades para que haja uma parceria com a iniciativa privada”, comentou.

Em aparte, o deputado Elizeu Mattos (PMDB) afirmou que concorda com Comin, uma vez que o papel do Estado é incentivar a educação através da parceria com o setor privado. O deputado Edson Piriquito (PMDB) parabenizou Comin pela iniciativa de debater o assunto.



Desch: Plano Safra 2007

Audiência sobre duplicação da BR-101 é mencionada em Plenário

A audiência pública realizada no município de Laguna foi mencionada no dia 22 pelo deputado Décio Góes (PT), que acompanhou o encontro e o avaliou como positivo. Góes ressaltou que o tema debatido foi a duplicação da BR-101, que, afir-

ma, está em ritmo acelerado.

Durante o evento, a discussão se deu especialmente sobre o trecho compreendido entre os quilômetros 307 e 315 da rodovia, que liga as localidades de Bento e Bananal, e a construção da ponte que será o cartão postal de Laguna. “Foram discutidos na audiência os valores que serão investidos, o impacto da obra, as questões ambientais e a desapropriação de terras. O esclarecimento sobre a questão da desapropriação foi visto pela sociedade local de forma positiva.”

Em aparte, o deputado Reno Caramori (PP) afirmou que a discussão sobre esse assunto vem sendo feita com responsabilidade. “A obra da BR-101 vem avançando a cada ano e se tornando realidade”, destacou.



Góes: questões ambientais

APROVADO

Criada a Semana do Aleitamento Materno em SC

A partir do próximo ano será incluída no calendário oficial do Estado a segunda semana do mês de maio como a *Semana do Aleitamento Materno*. O projeto de lei de autoria da deputada Odete de Jesus (PRB), que trata do assunto, foi aprovado na sessão do dia 22, estabelecendo que o governo do Estado promoverá campanha de esclarecimento junto à população sobre a importância do leite materno para a saúde do lactente, com gastos por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Estadual da Saúde.

A parlamentar explica que a criança amamentada tem três vezes mais chances de sobreviver à infância do que outra que não seja amamentada, confor-

me informação do Unicef por ocasião da Semana Mundial do Aleitamento Materno. Embora as taxas de aleitamento materno estejam subindo nos países em desenvolvimento, estima-se que 63% das crianças com menos de

seis meses de idade ainda não sejam adequadamente amamentadas. Conseqüentemente, milhões de crianças começam a vida em desvantagem.

No Brasil, a taxa de aleitamento materno exclusivo até o sexto mês ainda é muito baixa, conforme dados do Ministério da Saúde. Nos hospitais e maternidades, o direito ao aleitamento é garantido para todos os bebês, graças ao atendimento especializado de profissionais de saúde a gestantes e parturientes.

A amamentação deve ser iniciada já na sala de parto. Depois, o hospital deve prover acompanhamento e orientação para grupos de mães para a continuação do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês.



Odete de Jesus: orientação

PLENÁRIO

Soares fala sobre o movimento da Segurança

Fotos: Carlos Killian



Sargento Soares: servidores têm direito negado

Representantes da Associação dos Praças de Santa Catarina (Aprasc) e do Sindicato dos Trabalhadores em Segurança Pública de Santa Catarina (Sintrasp) se reuniram no dia 23 para discutir a estratégia da categoria na luta pelo reajuste de 93,81% dos salários, que está previsto na Lei nº 254/03. O governo deverá efetuar o pagamento de forma gradual. O deputado Sargento Soares (PDT) foi à tribuna no mesmo dia para relatar o resultado do encontro e lamentar o que classificou como "falta de planejamento do governo para a execução do pagamento"

Os funcionários da Segurança Pública do Estado retornaram ao

trabalho no dia 18, cumprindo a ordem judicial que declarou a greve ilegal. Para Soares, o movimento da categoria foi uma paralisação e não greve, pois a greve nos serviços fundamentais, como neste caso, é proibida.

"Nossa luta continua até que a categoria receba na íntegra o que é garantido por lei", afirmou Soares, mencionando ainda a péssima situação das viaturas, algumas circulando até sem licença. O deputado professor Sérgio Grando (PPS) elogiou a "forma correta como foi conduzida a luta", dizendo que "muitas vezes é necessário dar um passo atrás para avançar dois".

Fiesc faz 57 anos e recebe homenagem de Caramori

Os 57 anos da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), comemorados nesta sexta-feira, mereceram destaque em plenário na sessão do dia 24.

O deputado Reno Caramori (PP) leu um artigo do empresário Alcântaro Corrêa, presidente da entidade, publicado no *Jornal A Notícia*, sobre a trajetória da instituição em mais de cinco décadas, que segundo ele, teve papel decisivo na estruturação de uma economia forte e diversificada em Santa Catarina. "O artigo mostra de forma inteligente e realista o setor industrial catarinense".

O parlamentar completou: "Por outro lado, vemos empresas importando produtos chineses a preços baixos e de qualidade duvidosa, como calçados e confecções. Isso mata a nossa indústria, que passa por um momento difícil, com o fechamento de vários estabelecimentos. Precisamos mudar essa realidade. Devemos importar o que não produzimos aqui e exportar o que de bom é produzido pelo povo catarinense", finalizou Caramori.

Confraternização em presídio deixa deputados estarecidos

"A população de Joinville hoje amanheceu levando um soco na boca do estômago", dis-

se o deputado Nilson Gonçalves (PSDB) ao abrir seu pronunciamento na tribuna. Ele referiu-se

à manchete de capa do *Jornal Notícias do Dia* de Joinville, edição do dia 23, mostrando fotos de uma churrascada com pagode promovida por policiais e presidiários dentro do Presídio Regional do município. Uma das fotos mostra um presidiário fazendo o churrasco. Gonçalves, que integra a Comissão de Segurança da Assembleia,

vai pedir o comparecimento do secretário da Segurança Pública para esclarecimentos junto à Comissão.

"Ficamos constrangidos. A matéria da página cinco do jornal mostra que o presídio virou salão de festas ao som de pagode e com churrasco", comentou Gonçalves, indignado. "E ainda foi como forma de comemorar uma fuga planejada para o dia seguinte, revelando a conivência dos agentes prisionais e policiais que participaram." O caso está sendo investigado pelo Ministério Público Estadual e foi amplamente divulgado também nos noticiários das TVs.

Em aparte, o deputado Sargento Soares (PDT) disse que está estarecido com a notícia e que também estava falando em nome da Aprasc. "Todo servidor da Segurança Pública que participe de uma situação dessas deve ser afastado. Não serve para ser policial", sentenciou.



Gonçalves: fuga era planejada para o dia seguinte

[GABINETES]

CONVÊNIO COM A PETROBRÁS

O Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) teve audiência, no dia 22, com o diretor de Gás e Energia da Petrobrás, Ildo Sauer. O encontro serviu para acertar um estudo de viabilidade técnica para o plantio e a industrialização de oleaginosas destinadas à produção de biodiesel no Oeste do estado. Os recursos para o estudo estão garantidos por um convênio com a Eletrosul, que disponibiliza R\$ 100 mil para o projeto. Acompanhado pelo deputado estadual Padre Pedro Baldissera, o coordenador do MAB, Charles Reginato, afirmou que o objetivo é seguir o modelo do Rio Grande do Sul, onde pequenos produtores criaram uma cooperativa e estabeleceram convênio com a Petrobrás. "No dia 30 (de maio) vamos consolidar a cooperativa. O próximo passo é assinar o protocolo de intenções com a Petrobrás para a implantação". O protocolo será assinado em uma audiência pública na região Oeste, agendada para o dia 22 de junho. (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

FÓRUM DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O auditório do Centro Universitário de Brusque (Unifebe) foi palco, dia 21, da segunda reunião regionalizada do Fórum de Expansão e Interiorização do Ensino Superior do Estado e lotou com a presença de estudantes, professores e lideranças locais que participaram do debate com deputados estaduais sobre alternativas e propostas para a educação superior no estado.

Para o presidente do fórum, deputado Herneus de Nadal (PMDB), além de democratizar a discussão, as reuniões descentralizadas servem para receber sugestões da comunidade acadêmica, que servirão de base para o documento que será levado ao Ministério da Educação apresentando a realidade educacional superior e as reivindicações do setor. "Em cada encontro, colhemos sugestões e propostas para viabilizar a ampliação do acesso gratuito de estudantes aos bancos universitários", afirma o deputado. (Luiz Carlos Padilha, assessor do deputado Herneus de Nadal)

CONGRESSO DE GESTÃO MUNICIPAL

O deputado Dirceu Dresch (PT) participou neste dia 21, da abertura do III Congresso Estadual de Gestão Pública Municipal, em Chapecó, promovido pela Federação Catarinense de Municípios (Fecam), em parceria com as Associações de Municípios. Dresch tem como bandeira em seu mandato o fortalecimento dos municípios catarinenses. Nesse sentido, vem desenvolvendo uma série de ações na Assembleia Legislativa, como os debates pela implantação do Suasa e da Lei Geral da Microempresa no estado. São pontos que vão favorecer o desenvolvimento econômico e conseqüentemente a economia dos municípios. O deputado também cobra mais investimentos do governo do Estado nas estruturas públicas, principalmente nas áreas da saúde e da educação, e defende a criação, de políticas públicas de longo prazo que proporcionem o desenvolvimento das regiões e setores que hoje estão estagnados, principalmente no Oeste do Estado. Essas regiões vêm perdendo populações que migram para cidades litorâneas, atrás de emprego, educação ou tratamento de saúde. (Edson Junkes, assessor do deputado Dirceu Dresch)

MAÇÃ NA MERENDA

A deputada Ada De Luca (PMDB) apresentou indicação sugerindo ao Governador maior abrangência no fornecimento de maçãs para as merendas escolares. Atualmente, cinco regiões do Estado recebem a fruta através do Programa Mais Frutas na Escola.

Com a indicação, a parlamentar tem dois objetivos principais: promover uma merenda escolar mais completa, já que a maçã é uma fruta rica em ácido fosfórico, vitaminas e sais minerais, excelente para o cérebro, digestiva, agente redutora de colesterol e preventiva de alergias. O segundo motivo é a situação dos produtores de maçã de Santa Catarina. De acordo com o Instituto Cepa, já foram colhidas as frutas de 65% e 70% dos pomares, porém o baixo preço pago pelo quilo da maçã preocupa os produtores. O aproveitamento do produto na merenda abrirá mais um mercado para os produtores. (Patrícia Jacomel, assessora da deputada Ada De Luca)

COMUNIDADE

Dia Internacional da Criança Desaparecida

Crianças brasileiras fogem da fome. Na África, caem em armadilhas. No Oriente, viram “meninos-bomba”

Scheila Dzedzic

Das seis bilhões de pessoas que habitam o planeta, estima-se que pelo menos 1,2 milhão estão desaparecidas. Destas, 40 mil são brasileiras, em sua maioria crianças e adolescentes que deixam de ser cuidadas como filhos, sobrinhos e netos, passando a ser apenas mais um número nas estatísticas desta verdadeira tragédia nacional, banalizada pela freqüência.

O desaparecimento da menina inglesa Madeleine McCann, de três anos, de um hotel em Portugal, causou verdadeira comoção na Europa, com a participação ativa de empresários, artistas e atletas na campanha de localização. Algo muito diferente do que ocorre no Brasil, onde nem mesmo o poder

público está preparado para enfrentar o problema. De acordo com dados do Departamento da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, dos 27 estados da federação, apenas 11 contam com algum tipo de serviço específico para a localização dessas crianças.

Exploração sexual infantil, mão-de-obra escrava (incluindo a prostituição), guerrilhas e adoção ilegal são algumas das situações impostas pelo rapto e pela compra de crianças, segundo informações da Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). No Brasil, a eficiência na solução destes casos não atinge índices muito promissores. Projeta-se que 10% a 15% desses casos levarão muito tempo para serem solucionados e outros tantos ficarão sem resposta. A fuga, no entanto, ainda aparece como a

maior causa dos desaparecimentos. Motivos: maus tratos, agressões e pobreza extrema.

Sintonizada com as causas sociais, a Assembléia Legislativa firmou parceria com a organização não governamental Portal da Esperança - SOS Criança, que objetiva, especialmente, prevenir o desaparecimento de crianças. A forma encontrada pelo Legislativo estadual para tentar amenizar o problema é divulgar fotos de crianças e adolescentes desaparecidos em seu site na internet, na TVAL e no jornal AL Notícias.

O Portal está há oito anos visitando escolas e repassando dicas de prevenção para os alunos do ensino fundamental. Milhares de panfletos já foram distribuídos a aproximadamente 500 mil alunos, tendo o Kid Esperto como símbolo.



Aishetu Quanton/www.ecmafrica.org



www.museodelnino.es



www.andi.org.br

A flor da esperança



A data de 25 de maio foi definida como Dia Internacional das Crianças Desaparecidas. A escolha se deu em função do desaparecimento de uma criança de seis anos, em Nova Iorque, em 1979. A partir daí, muitas organizações marcaram a data para a reflexão e mobilização em torno da causa. A data também

foi adotada na Europa e América Latina. Em Santa Catarina, se definiu o 18 de março como Dia Estadual na Prevenção ao Desaparecimento de Crianças.

Um dos idealizadores da parceria entre Assembléia Legislativa e Portal da Esperança, deputado Cesar Souza Junior (DEM), realizou neste dia 24, em plenário, a distribuição de um cartão com a flor miosótis, pois se difunde a lenda que para cada semente de miosótis germinada, uma criança desaparecida será localizada. Segundo ele, espera-se, assim, refazer a esperança daqueles que padecem da dor do desaparecimento de um familiar. A flor de miosótis também conhecida por “Não-Te-Esqueças-De-Mim”, é considerada o símbolo das crianças desaparecidas.

Problema mundial

- No Brasil, maus-tratos, abuso sexual infantil, o uso de drogas, namoros proibidos são as motivações para fuga e desaparecimento;

- No Oriente Médio, crianças passaram a ser usadas em atos terroristas como “crianças-bomba”;

- Na África, crianças são obrigadas a caminhar à frente de pelotões de guerrilheiros. Ao pisarem em minas, morrem ou ficam mutiladas, prática adotada para evitar a morte de soldados;

- O Instituto Latino Americano de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos acusa que até 2008 o tráfico de seres humanos deverá igualar-se ou até mesmo ultrapassar, em arrecadação ilícita, o tráfico de drogas e de armas. Muitas rotas passam pelo Brasil.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



PROJEÇÃO



Elicéia Silveira
Nascida em 23/06/1985
Desaparecida em 18/03/1995
Cidade: Florianópolis – SC



Pedro Augusto Santos Prates
Nascido em 30/09/1994
Desaparecido em 07/08/2006
Cidade: Belo Horizonte – MG



PROJEÇÃO



Anderson Oliveira das Neves
Nascido em 13/01/1985
Desaparecido em 28/11/2000
Cidade: Barreiras – BA